

T4F Entretenimento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Alliaz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software, marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial sobre investimento líquido no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 30 de setembro de 2014.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Apresentação do resultado por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Resultado por Ação, o resultado por ação deve ser apresentado como básico e diluído (nota explicativa nº 34).

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de setembro de 2014, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de setembro de 2014. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Nenhuma evidência foi identificada que justificasse a contabilização de provisão.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	69,48			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e a receita líquida dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013:

Controladas:	30/09/14			31/12/2013		30/09/13
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Área Marketing Brasil Ltda.	1.117	953	-	1.402	1.301	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	17.152	2.973	5.275	19.782	2.420	2.201
Metropolitan Empreendimentos S.A.	11.858	6.672	6.157	11.352	3.961	5.765
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	12.457	3.627	17.164	17.582	6.398	16.163
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	118.880	100.075	148.033	159.196	132.769	90.130
T4F USA Inc.	4.925	3.337	-	7.409	5.791	1.898
Ticket Co. SpA	130.350	123.175	7.090	104.134	98.714	5.023
Vicar Promoções Desportivas S.A.	26.616	9.482	25.336	22.815	7.107	32.647
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	10.288	10.510	16.932	7.426	7.427	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (58,1%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets For Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (3,1%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - constituída em 4 de dezembro de 2013, tem como principal objetivo a organização de eventos e espetáculos artísticos.

- Ticketek SAC - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase em fase não operacional

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Caixa e bancos	13.660	3.973	20.089	24.299
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a)	980	-	4.246	14.581
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	1.315	2.775	9.453	8.666
Operação compromissada - DI (b)	12.434	55.615	27.970	67.853
Time Deposit (c)	-	32.910	-	32.910
Total	28.389	95.273	61.758	148.309

a) Na controladora, são representados por aplicação em títulos de renda fixa e títulos públicos com perfil conservador, liquidez imediata e rentabilidade de 102,1% do CDI. No consolidado são representados por aplicações em títulos de renda fixa nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básica do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 88% a 100% da variação do CDI em 30 de setembro de 2014 (92,5% a 101% em 31 de dezembro de 2013), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 0,15% a 0,45% ao ano sem prejuízo de resgate. Essa aplicação foi resgatada no primeiro trimestre de 2014.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$7.191 (R\$15.628 em 31 de dezembro de 2013). Em 30 de setembro de 2014, estavam aplicados R\$5.167 em CDB a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 100% da variação do CDI. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Clientes faturados (i)	4.824	8.056	23.115	37.804
Bilheteria (ii)	16.826	20.593	44.921	29.429
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	11.264	19.679	20.039	30.755
Total das contas a receber	32.914	48.328	88.075	97.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(185)	(192)	(3.885)	(3.004)
Total	32.729	48.136	84.190	94.984

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
A vencer:	32.298	47.429	72.408	75.696
Vencidas:				
Até 30 dias	400	488	5.102	13.567
De 31 a 60 dias	6	2	1.456	3.674
De 61 a 90 dias	24	32	211	1.106
De 91 a 180 dias	-	186	4.113	622
Há mais de 180 dias	186	191	4.785	3.323
Total das contas a receber	32.914	48.328	88.075	97.988

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	192	3.004
(+) Adições	1.175	3.208
(-) Reversões e baixas	(1.182)	(2.327)
Saldos em 30 de setembro de 2014	185	3.885

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	9.757	8.832
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.866	5.091	9.124	7.633
Programa de Integração Social - PIS	-	2	67	64
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	313	285
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.012	2.921
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	2.424	2.607
Outros	493	399	3.131	1.672
Total	7.393	5.526	28.828	24.014

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	997	25.120	8.014	33.032
Outros	287	123	3.543	5.391
Total	1.284	25.243	11.557	38.423

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Eventos, shows e espetáculos contratados	4.903	15.505	31.201	54.919
Outros	707	583	1.405	3.446
Total	5.610	16.088	32.606	58.365
Circulante	5.610	14.730	32.606	57.007
Não circulante	-	1.358	-	1.358

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Controladora:

	Categoria	30/9/2014			31/12/2013		30/09/13
		Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita financeira	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita financeira
Área Marketing Brasil Ltda.	Controlada	950	-	-	1.300	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	806	-	-	108	576	-
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	289	-	(70)	358	-	(31)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	5.867	-	111	5.100	-	447
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	79	-	4	74	-	5
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	1.766	-	-	938	1.019	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	564	-	48	694	-	46
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	1.290	-	-	1.290	-
T4F Chile S.A. (iii)	Controlada indireta	-	13.139	761	884	13.269	1.241
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada indireta	1.046	-	(27)	911	1.354	(25)
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	8.057	-	(1.731)	11.779	-	227
T4F USA Inc. (iv)	Controlada	3.337	-	304	5.619	338	27
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	204	-	-	100	159	-
Total		22.965	14.429	(600)	27.865	18.005	1.937

Consolidado:

Categoria	30/09/14		31/12/13		30/09/13	
	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	10.659	602	9.163	683	
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	172	148	157	9	
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	564	48	694	46	
Total		11.395	798	10.014	738	

(i) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., no montante de AR\$25.654 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e juros de 1%, o qual será pago à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente a controlada possui algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas adotadas pelo governo Argentino, tal contrato está sendo tratado como parte do investimento líquido nessa controlada de modo que a respectiva variação cambial está contabilizada no Patrimônio Líquido na rubrica “Resultados abrangentes”. No passivo, é representado por valores a pagar referentes a serviços de produção.

(ii) A Companhia e suas controladas mantem, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, conforme período contratual. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures.

(iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil, parcialmente amortizado em 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

(iv) Em 30 de setembro de 2014, a controlada recebeu valores para pagamento de custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora

	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
<u>Remuneração Fixa</u>				
Conselho de Administração	63	198	68	176
Conselho Fiscal	-	-	-	57
Diretores estatutários	879	2.724	929	2.786
Total	<u>942</u>	<u>2.922</u>	<u>997</u>	<u>3.019</u>

Consolidado

	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
<u>Remuneração Fixa</u>				
Conselho de Administração	62	198	68	176
Conselho Fiscal	-	-	-	57
Diretores estatutários	1.017	3.225	1.149	3.574
Total	<u>1.079</u>	<u>3.423</u>	<u>1.217</u>	<u>3.807</u>

Em setembro de 2014 a remuneração variável dos administradores foi de R\$429, em setembro de 2013 o total da remuneração variável dos administradores foi de R\$240.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014 foi fixado em R\$8.984.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de setembro de 2014

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Participação - %	Equivalência patrimonial 30/09/14	Investimentos em controladas 30/09/14
<u>Controladas diretas ou indiretas</u>					
Área Marketing Brasil Ltda.	165	63	99,99	63	165
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	14.179	(3.183)	69,48	(2.211)	9.851
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.186	(2.205)	99,99	(2.205)	5.185
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(10.567)	(4.632)	38,87	(1.800)	(4.107)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	8.830	4.365	99,99	4.365	8.832
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	22.912	(2.988)	100,00	(2.988)	22.912
T4F USA Inc.	1.587	(104)	100,00	(104)	1.587
Ticket Co. SpA.	7.175	2.142	100,00	2.142	7.175
Vicar Promoções Desportivas S.A.	17.134	1.426	85,00	1.212	14.565
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(222)	(212)	100,00	(212)	(222)
Total				<u>(1.738)</u>	<u>65.943</u>

a.2) 31 de dezembro de 2013

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controladas
<u>Controladas diretas ou indiretas</u>				
Área Marketing Brasil Ltda.	101	(478)	99,99	101
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	17.362	(3.541)	69,48	12.063
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.391	(1.553)	99,99	7.390
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(7.753)	(65)	38,20	(3.014)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.183	12.994	99,99	11.182
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	29.441	(18.369)	100,00	29.441
T4F USA Inc.	1.619	(11)	100,00	1.619
Ticket Co. SpA.	5.420	2.445	100,00	5.420
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.709	(2.144)	85,00	13.352
Total				<u>77.554</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 30 de setembro de 2014 e de 2013.

	Controladora	Controladora
	30/09/14	30/09/13
Saldo inicial do investimento líquido	77.554	94.219
Equivalência patrimonial	(1.738)	(11.831)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	(3.154)	3.353
Aquisição de participação adicional de 10% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	1.785
Perda em Aporte de Capital em controlada		(2.989)
Dividendos de controladas	(6.719)	(8.353)
Saldo final do investimento líquido	65.943	76.184

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.205
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	4.383	5.447
Total	130.488	130.488	134.871	135.936

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

Em 1º de abril de 2013, a Companhia adquiriu de acionista minoritário uma participação adicional de 10% do capital social da controlada por R\$3.439, gerando um ágio total de R\$1.654.

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de negócios uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; A Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.

(v) Agio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de “Purchase Price Allocation (PPA)”. Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Em 31 de dezembro de 2013, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o próximo quinquênio.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	309	383
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	75.111	75.183	98.148	99.721
Móveis e utensílios	5.342	5.277	10.093	10.249
Máquinas e equipamentos	13.674	11.649	34.027	31.712
Equipamentos de processamento de dados	7.615	7.475	12.035	11.862
Estruturas	6.703	6.733	17.975	17.410
Veículos	661	661	6.273	5.610
Imobilizado em andamento	181	181	188	188
Total	109.287	107.159	179.048	177.135

Taxa média anual de depreciação e amortização - %		Controladora		Consolidado	
		30/09/14	31/12/2013	30/09/14	31/12/13
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em					
propriedades de terceiros	13	(72.452)	(72.009)	(89.889)	(89.971)
Móveis e utensílios	6	(3.034)	(2.755)	(6.444)	(6.129)
Máquinas e equipamentos	7	(6.593)	(5.661)	(16.746)	(13.822)
Equipamentos de					
processamento de dados	17	(5.385)	(4.891)	(9.066)	(8.753)
Estruturas	10 e 50	(5.628)	(2.737)	(9.104)	(5.224)
Veículos	20	(530)	(484)	(3.433)	(2.643)
Total		(93.622)	(88.537)	(134.682)	(126.542)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	309	383
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.659	3.174	8.259	9.750
Móveis e utensílios	2.308	2.522	3.649	4.123
Máquinas e equipamentos	7.081	5.988	17.282	17.890
Equipamentos de processamento de dados	2.230	2.584	2.969	3.109
Estruturas	1.075	3.996	8.870	12.186
Veículos	131	177	2.840	2.967
Adiantamento de imobilizado	181	181	188	185
Total	15.665	18.622	44.366	50.593

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Custo	-	6.927	6.691	12.113	12.902
Amortização	20	(4.895)	(3.928)	(9.180)	(9.011)
Total		2.032	2.763	2.933	3.891

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/09/14		31/12/13	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	754	(388)	366	401
Máquinas e equipamentos	2.268	(779)	1.489	1.553
Equipamentos de processamento de dados	222	(141)	81	87
	<u>28.578</u>	<u>(26.642)</u>	<u>1.936</u>	<u>2.041</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(658)	(694)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.278</u>	<u>1.347</u>

Consolidado:

	30/09/14		31/12/13	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.332	(817)	515	569
Máquinas e equipamentos	4.059	(1.907)	2.152	2.254
Equipamentos de processamento de dados	312	(226)	86	92
	<u>31.037</u>	<u>(28.284)</u>	<u>2.753</u>	<u>2.915</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(936)	(991)
Eliminações do consolidado (i)			(539)	(577)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.278</u>	<u>1.347</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Saldo inicial	18.622	12.628	50.593	48.830
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	1.638	2.219	1.748	3.202
Móveis e utensílios	83	572	215	678
Máquinas e equipamentos	729	887	1.190	2.511
Equipamentos de processamento de dados	245	1.235	709	1.462
Estruturas	290	6.409	885	6.597
Veículos	-	-	667	218
Adiantamento de imobilizado	29	49	29	49
Total de adições	<u>3.014</u>	<u>11.371</u>	<u>5.443</u>	<u>14.717</u>

Baixas líquidas	(745)	(54)	(1.329)	-
Depreciação	(5.226)	(5.323)	(10.317)	(12.494)
Efeitos de variação cambial	-	-	(24)	(460)
	(5.971)	(5.377)	(11.670)	(12.954)
Saldo final	15.665	18.622	44.366	50.593

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$763, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de setembro de 2014, há aproximadamente R\$4.844, ainda em uso, totalmente depreciados.

Em função da reavaliação efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos seus ativos aproximam-se dos valores justos.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Saldo inicial	2.763	2.634	3.891	4.006
Adições:				
Software	238	704	357	907
Amortização (*)	(969)	(564)	(1.145)	(957)
Baixas líquidas	-	(11)	(170)	(65)
Saldo final	2.032	2.763	2.933	3.891

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Fornecedores nacionais	22.635	28.042	78.500	59.329
Fornecedores estrangeiros	105	612	1.484	29.877
Total	22.740	28.654	79.984	89.206

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	18.778	57.922	18.778	57.922
Empréstimo (b.1)	Pesos argentinos + 27,00%	-	-	17.838	9.703
Empréstimo (b.2)	3,5%	350	-	350	-
Total		19.128	57.922	36.966	67.625
Parcela do passivo circulante		18.863	39.172	36.701	48.875
Parcela do passivo não circulante		265	18.750	265	18.750

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

a.1) Em 30 de setembro de 2014, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.

ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.

iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.

iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.

v) Alteração no controle acionário direto ou indireto sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas.

vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.

vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.

viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em Lei.

ix) Redução de capital social em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.

x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 15,84% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

b.1) As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 30 de setembro de 2014, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

b.2) A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo Chevrolet Hall.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
COFINS a recolher	1.817	1.098	2.252	1.529
PIS a recolher	395	498	507	594
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.828	4.901	4.282	5.496
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	5.113	4.659
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	810	399	1.030	619
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	30	67
IVA - imposto de valor agregado	-	-	222	18
INSS de terceiros a recolher	209	341	336	369
IRRF de terceiros a recolher	52	43	20	7.417
Outros	233	237	229	41
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	481	759
Passivo circulante	<u>7.344</u>	<u>7.517</u>	<u>14.502</u>	<u>21.568</u>
Parcelamento de ISS (b)	-	-	216	216
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	5.352	4.762	5.547	5.104
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.083	579
Passivo não circulante	<u>5.352</u>	<u>4.762</u>	<u>6.846</u>	<u>5.899</u>

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de setembro de 2014, o saldo remanescente era de R\$4.835 (R\$3.967 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de setembro de 2014 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.326 (R\$1.194 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de setembro de 2014 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 2009 e 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 11 e 14 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 68 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses).

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Contratos de “naming rights” (a)	1.176	-	2.525	536
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	8.335	10.716	17.885	12.969
Eventos privados (b.2)	1.283	486	6.278	1.431
Vendas antecipadas de ingressos (c)	14.932	59.020	28.976	102.762
Intermediação de shows	45	10	45	52
Passivo circulante	25.771	70.232	55.709	117.750

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor		
		aprovado	30/09/14	31/12/13
O Rei Leão - Temporada 2013	12 6769	11.702	-	1.278
Billy Elliot	13 0162	3.858	-	56
O Rei Leão - Temporada 2014	13 8378	13.761	5.379	10.506
Jesus Cristo Superstar	13 8312	5.703	-	1.447
Disney On Ice - Passaporte para a Aventura	13 10163	6.536	-	-
Total		<u>41.560</u>	<u>5.379</u>	<u>13.287</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	31/12/13	Adições	Baixas	30/09/14
O Rei Leão - Temporada 2013	1.278	343	(1.621)	-
Billy Elliot	56	-	(56)	-
O Rei Leão - Temporada 2014	10.506	3.441	(8.568)	5.379
Jesus Cristo Superstar	1.447	955	(2.402)	-
Disney On Ice - Passaporte para a Aventura	-	4.500	(4.500)	-
Total	13.287	9.239	(17.147)	5.379

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Trabalhistas	4.205	3.936	5.483	5.481
Cíveis	13.624	12.562	14.484	13.675
Tributários	149	-	2.530	1.864
Total	17.978	16.498	22.497	21.020
Circulante	877	879	877	879
Não circulante	17.101	15.619	21.620	20.141

20.1) Provisões tributárias

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$67.831 (R\$48.909 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de setembro de 2014, o montante global desses processos classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$5.064.

b) Em abril de 2011 e em 2014 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$6.051, para 30 de setembro de 2014. Foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2014, o valor atualizado do processo é R\$9.967.

d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2014, o valor envolvido é de R\$4.210.

e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2014, o valor atualizado dos dois processos é de R\$9.372.

f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$13.246, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$7.559, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$5.893, para a data base de 30 de setembro de 2014.

g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, que aguarda julgamento, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2014, o valor atualizado do débito lançado é de R\$15.679.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$18.758 (R\$14.956 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 30 de setembro de 2014 encontrava-se em fase de execução, sendo que os cálculos do perito da Companhia apuraram eventual crédito do reclamante em aproximadamente R\$100. Não obstante, o valor estimado é de R\$2.201, já com depósito em garantia em juízo.

b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução e julgamento. O valor estimado é de aproximadamente R\$7.175, cuja probabilidade de perda é possível.

c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 30 de setembro de 2014 é de R\$2.915, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$67.169 (R\$57.163 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$34.631 em 30 de setembro de 2014 (correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir: se refere a ação de cobrança de multa, por alegado não cumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em fevereiro de 2011 foi proferida sentença julgando a ação totalmente improcedente. Atualmente aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

b) A Companhia é autora reconvinda em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de setembro de 2014 é de aproximadamente R\$1.528 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$681, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; e (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$692, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$658, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$214, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

e) A Companhia é parte passiva, juntamente com “Os Independentes”, em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.

f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa, atualizado, em 30 de setembro de 2014 é de R\$16.513. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de setembro de 2014 o valor em discussão é de R\$955. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

h) A Companhia figura como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do Citibank Hall – São Paulo, anteriormente denominado Credicard Hall. Em maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de janeiro de 2010 até junho de 2012, é estimada em R\$12.308, a qual encontra-se integralmente provisionada.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de setembro de 2014, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$10.155 (R\$6.703 em 31 de dezembro de 2013).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/13	Provisão	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/14
Trabalhistas	3.936	214	(31)	86	4.205
Cíveis	12.562	636	(187)	613	13.624
Tributário	-	146	(1)	4	149
Total	16.498	996	(219)	703	17.978

Consolidado	31/12/13	Provisão	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/09/14
Trabalhistas	5.481	343	(379)	218	(180)	5.483
Cíveis	13.675	478	(187)	737	(219)	14.484
Tributário	1.864	767	(1)	222	(322)	2.530
Total	21.020	1.588	(567)	1.177	(721)	22.497

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de até 4.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa"). A posição das ações em tesouraria adquiridas em função do Programa em 30 de setembro de 2014 encontra-se abaixo:

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
1.686.000	8.184	3,67	4,84	5,15	5.985

*De acordo com a cotação de fechamento em 30 de setembro de 2014 no valor de R\$3,55 por ação.

Enquanto mantidas em tesouraria, essas ações não têm direitos patrimoniais e/ou políticos. As ações permaneceram em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento conforme determinado no Programa.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Receita bruta:				
Serviços	51.011	259.521	85.381	250.302
Produtos	525	942	659	1.738
Impostos incidentes	(6.090)	(33.318)	(10.378)	(30.724)
Receita líquida	45.446	227.145	75.662	221.316

	Consolidado			
	01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
	a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Receita bruta:				
Serviços	129.586	482.305	134.147	346.269
Produtos	6.236	22.819	9.041	24.561
Impostos incidentes	(10.264)	(50.247)	(16.195)	(41.972)
Receita líquida	125.558	454.877	126.993	328.858

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
	a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(5.690)	(18.780)	(8.278)	(25.917)
Serviços de terceiros	(4.509)	(13.134)	(4.715)	(13.139)
Utilidades e facilidades	(647)	(1.969)	(814)	(2.640)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	7	(76)	(154)
Outras despesas operacionais	(659)	(1.083)	(297)	(843)
Despesas operacionais	(11.496)	(34.959)	(14.180)	(42.693)
Gerais e administrativas	(10.554)	(31.608)	(13.183)	(39.434)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(942)	(3.351)	(997)	(3.259)
Total das despesas por natureza	(11.496)	(34.959)	(14.180)	(42.693)

	Consolidado			
	01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
	a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(9.033)	(29.904)	(12.334)	(39.231)
Serviços de terceiros	(5.925)	(18.094)	(5.857)	(19.063)
Utilidades e facilidades	(1.391)	(3.900)	(1.771)	(5.155)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(143)	(617)	(122)	(932)
Outras despesas operacionais	(1.664)	(3.921)	(2.030)	(3.888)
Despesas operacionais	(18.156)	(56.436)	(22.114)	(68.269)
Gerais e administrativas	(17.077)	(52.584)	(20.897)	(64.222)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(1.079)	(3.852)	(1.217)	(4.047)
Total das despesas por natureza	(18.156)	(56.436)	(22.114)	(68.269)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
	a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(12.029)	(102.285)	(31.732)	(82.257)
Transportes e locações	(5.287)	(33.442)	(6.924)	(15.320)
Serviços de terceiros	(3.339)	(23.493)	(5.118)	(17.304)
Viagens e locomoção	(930)	(10.702)	(3.739)	(9.468)
Utilidades e facilidades	(4.536)	(14.596)	(4.932)	(12.594)
Mídia e publicidade	(1.789)	(12.450)	(4.713)	(11.232)
Depreciação e amortização	(2.070)	(6.195)	(791)	(2.296)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(1.372)	(5.551)	(1.439)	(4.215)
Custos de produção	(2.620)	(13.901)	(2.707)	(6.965)
Total	<u>(33.972)</u>	<u>(222.615)</u>	<u>(62.095)</u>	<u>(161.651)</u>

	Consolidado			
	01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
	a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(25.246)	(163.709)	(42.680)	(106.700)
Transportes e locações	(6.978)	(43.489)	(10.493)	(24.412)
Serviços de terceiros	(10.418)	(44.141)	(8.653)	(26.042)
Viagens e locomoção	(3.587)	(15.233)	(4.199)	(10.612)
Utilidades e facilidades	(7.884)	(24.062)	(7.838)	(17.155)
Mídia e publicidade	(2.720)	(17.962)	(5.746)	(13.580)
Depreciação e amortização	(3.654)	(11.020)	(2.714)	(7.942)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(3.343)	(12.209)	(3.814)	(9.766)
Custos de produção	(42.548)	(90.804)	(23.110)	(43.529)
Total	<u>(106.378)</u>	<u>(422.629)</u>	<u>(109.247)</u>	<u>(259.738)</u>

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
	a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Salários e bonificações	(3.993)	(13.217)	(5.739)	(17.143)
Despesa de férias	(378)	(1.288)	(584)	(1.713)
Despesa de 13º salário	(274)	(937)	(392)	(1.125)
Encargos sociais	(1.556)	(5.112)	(2.066)	(6.191)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(141)	(1.135)	326	(425)
Pagamentos baseados em ações	(153)	(410)	(188)	(470)
Outros benefícios a empregados (i)	(567)	(2.232)	(1.074)	(3.065)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(7.062)</u>	<u>(24.331)</u>	<u>(9.717)</u>	<u>(30.132)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.372)	(5.551)	(1.439)	(4.215)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(5.690)	(18.780)	(8.278)	(25.917)
Total	<u>(7.062)</u>	<u>(24.331)</u>	<u>(9.717)</u>	<u>(30.132)</u>

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/04/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Salários e bonificações	(7.265)	(24.022)	(9.630)	(29.029)
Despesa de férias	(539)	(1.884)	(751)	(2.274)
Despesa de 13º salário	(488)	(1.641)	(658)	(1.836)
Encargos sociais	(2.602)	(8.745)	(3.294)	(9.715)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(141)	(1.179)	326	(592)
Pagamentos baseados em ações	(153)	(410)	(188)	(470)
Outros benefícios a empregados (i)	(1.189)	(4.232)	(1.953)	(5.081)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(12.377)</u>	<u>(42.113)</u>	<u>(16.148)</u>	<u>(48.997)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(3.343)	(12.209)	(3.814)	(9.766)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(9.033)	(29.904)	(12.334)	(39.231)
Total	<u>(12.376)</u>	<u>(42.113)</u>	<u>(16.148)</u>	<u>(48.997)</u>

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(1.809)	(1.905)	(274)	(521)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(64)	(117)	(236)	(325)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	-	(843)	(843)
Juros sobre debêntures	(1.237)	(4.020)	(1.989)	(5.750)
Garantias bancárias	-	-	(434)	(1.148)
Outras	(261)	(945)	(218)	(634)
Total	<u>(3.371)</u>	<u>(6.987)</u>	<u>(3.994)</u>	<u>(9.221)</u>

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(2.884)	(4.759)	(708)	(3.397)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(869)	(2.014)	(980)	(1.792)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	-	(843)	(843)
Juros sobre debêntures	(1.237)	(4.020)	(1.990)	(5.750)
Garantias bancárias	-	-	(434)	(1.148)
Outras	(390)	(1.174)	(292)	(910)
Total	<u>(5.380)</u>	<u>(11.967)</u>	<u>(5.247)</u>	<u>(13.840)</u>

		Controladora			
		01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
		a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Receitas financeiras:					
Juros ativos		-	21	59	458
Rendimentos de aplicações financeiras		900	2.662	2.133	5.270
Outras		5	278	73	88
Total		905	2.961	2.265	5.816

		Consolidado			
		01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
		a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Receitas financeiras:					
Juros ativos		556	779	437	933
Rendimentos de aplicações financeiras		1.343	3.822	2.464	6.332
Outras		32	429	79	140
Total		1.931	5.030	2.980	7.404

		Controladora			
		01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
		a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Variações cambiais, líquidas:					
Passivas		(497)	(3.390)	(3.025)	(4.201)
Ativas		587	2.660	1.898	2.469
Variações monetárias, líquidas:					
Passivas		(127)	(792)	(96)	(713)
Ativas		213	645	(24)	(24)
Total		176	(877)	(1.247)	(2.469)

		Consolidado			
		01/07/14	01/01/14	01/07/13	01/01/13
		a 30/09/14	a 30/09/14	a 30/09/13	a 30/09/13
Variações cambiais, líquidas:					
Passivas		(4.301)	(11.658)	(3.613)	(4.026)
Ativas		2.176	6.276	1.921	2.492
Variações monetárias, líquidas:					
Passivas		251	(808)	(74)	(682)
Ativas		53	1.030	(23)	(23)
Total		(1.821)	(5.160)	(1.789)	(2.239)

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(707)	(1.476)	597	(1.305)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(335)	(316)	-	(30)
Outras	(16)	1.192	(412)	235
Total	(1.058)	(600)	185	(1.100)

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	186	(3.274)	333	(501)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(341)	(339)	(22)	(55)
Outras	714	2.732	(432)	221
Total	559	(881)	(121)	(335)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
IRPJ e CSLL diferidos	1.135	12.368	1.270	(3.141)
Total	1.135	12.368	1.270	(3.141)

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Despesa de IRPJ corrente	(1.005)	(2.406)	(449)	(1.316)
Despesa de CSLL corrente	(187)	(506)	(71)	(279)
IRPJ e CSLL diferidos	1.026	15.144	4.108	1.478
Total	(166)	12.232	3.588	(117)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Prejuízo do período antes do IRPJ e da CSLL	(5.801)	(39.565)	(6.636)	(6.639)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	1.972	13.452	2.256	2.257
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(115)	(354)	(9)	(72)
Resultado de equivalência patrimonial	(670)	(591)	231	(4.022)
Perdas em investimentos e outros resultados	-	-	(1.144)	(1.144)
Plano de remuneração baseado em ações	(52)	(139)	(64)	(160)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	1.135	12.368	1.270	(3.141)

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Prejuízo do período antes do IRPJ e da CSLL	(4.512)	(40.187)	(9.569)	(10.905)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	1.534	13.664	3.253	3.708
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(149)	(435)	(176)	(237)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(149)	(1.475)	(731)	(2.299)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	610	877	1.218	2.542
Controlada tributada no exterior	(1.960)	(260)	86	(3.671)
Plano de remuneração baseado em ações	(52)	(139)	(62)	(160)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(166)	12.232	3.588	(117)

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

	31/12/13	Variação de 01/07/14 a 30/09/14	Variação do período	30/09/14
<u>Controladora</u>				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	8.070	-	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	(3)	(2)	63
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.609	236	503	6.112
Prejuízos fiscais	27.902	(5.248)	8.715	36.617
Base negativa de CSLL	10.884	(1.879)	3.216	14.100
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(693)	12	35	(658)
Outras provisões	278	(52)	(99)	179
Total do ativo líquido	70.688	1.136	12.368	83.056

	31/12/13	Variação de 01/07/14 a 30/09/14	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/14
<u>Consolidado</u>					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	8.070	-	-	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.353	(3)	949	(299)	2.003
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.188	236	132	(134)	6.185
Prejuízos fiscais	35.640	(5.248)	6.699	(1.796)	40.543
Base negativa de CSLL	10.884	(1.879)	3.214	-	14.098
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(692)	12	34	-	(658)
Outras provisões	1.425	(52)	3.702	(224)	4.903
Total do ativo	81.441	1.136	14.730	(2.453)	93.717
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.547)	-	414	-	(1.133)
Total do passivo	(1.547)	-	414	-	(1.133)
Total líquido	79.894	1.136	15.144	(2.453)	92.584

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	18.607	14.808
Diferenças temporárias dedutíveis	533	622
	19.140	15.430
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	6.507	5.246

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	3.858	4.805
2015	17.131	21.230
2016	10.782	10.782
2017	11.150	11.150
2018	24.700	25.394
2019	15.435	19.223
Total	83.056	92.584

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/09/14	31/12/13
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(19.128)	(57.922)
Bancos	Outros ativos financeiros	6	12.734	2.355
Aplicações financeiras (ii)	Outros ativos financeiros	6	13.749	91.300
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	22.965	27.865
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	(14.429)	(18.005)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	32.729	48.136
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(22.740)	(28.654)
Total de exposição			25.880	65.075
Efeito no resultado			(4.598)	(3.996)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/09/14	31/12/13
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(36.966)	(67.625)
Bancos	Outros ativos financeiros	6	12.734	2.355
Aplicações financeiras (ii)	Outros ativos financeiros	6	41.669	124.010
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	11.395	10.014
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	84.190	94.984
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(79.984)	(89.206)
Total de exposição			33.038	74.532
Efeito no resultado			(5.434)	(4.697)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros contratados.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	12.734	2.355	12.734	2.355
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	32.910	-	32.910
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	9.391	13.047	-	-
Mútuo com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	884	-	-
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	3.337	5.620	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(13.139)	(14.961)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólares norte-americanos	(105)	(612)	(1.484)	(29.877)
Total de exposição			12.218	39.243	11.250	5.388
Efeitos no resultado			(526)	(935)	1.659	392

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de setembro de 2014 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	30/09/14	Controladora		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(18.778)	(21.279)	(21.806)	(22.333)
Empréstimos e financiamentos	(350)	(363)	(366)	(369)
Aplicações financeiras	14.729	16.348	16.753	17.158
Exposição líquida	(4.399)	(5.294)	(5.419)	(5.544)

	30/09/14	Consolidada		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(18.778)	(21.279)	(21.806)	(22.333)
Empréstimos e financiamentos	(18.188)	(20.985)	(22.016)	(23.048)
Aplicações financeiras	41.669	45.890	46.945	48.000
Exposição líquida	4.703	3.626	3.123	2.619

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$894 e R\$1.427 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,08% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de setembro de 2014.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$1.019 e R\$1.930 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$1.145 na controladora e de R\$2.435 no consolidado.

O empréstimo da controlada Ticketek Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de setembro de 2014 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	30/09/14	Controladora		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	12.734	12.209	15.262	18.314
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Mútuo com controladas argentinas	9.391	9.060	11.325	13.590
Mútuo com controlada chilena	-	-	-	-
Mútuo com controlada americana	3.337	3.199	3.999	4.799
Empréstimos com controladas no exterior	(13.139)	(12.598)	(15.747)	(18.896)
Fornecedores	(105)	(101)	(126)	(151)
Exposição líquida	12.218	11.769	14.713	17.656

	30/09/14	Consolidado		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	12.734	12.209	15.262	18.314
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Fornecedores	(1.484)	(1.423)	(1.779)	(2.134)
Exposição líquida	11.250	10.786	13.483	16.180

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$448 e R\$464 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.494 na controladora e um resultado negativo de R\$2.233 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$5.438 na controladora e um resultado negativo de R\$4.931 no consolidado.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/09/14	30/09/13
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	156.278	13.686
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	147.449	68.726
		<u>303.727</u>	<u>82.412</u>

30. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	16.102	19.393
Do 2º ao 5º ano	44.655	55.187
Após o 5º ano	29.869	29.869
Total	90.626	104.449

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia apresentava contratos vigentes de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$8.083 mil e R\$19.812 mil.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia apresentava contratos vigentes de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento referente ao limite de crédito concedido pelo HSBC Argentina a controlada Ticketek Argentina S.A. que totalizam US\$3.500 mil e R\$8.759mil em 30 de Setembro de 2014.

A Companhia apresentava vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$9.731.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados	Valores registrados	Valores a
		até 31/12/13	em 30/09/14	registrar em períodos futuros
2007	1.256.667	2.869	-	-
2008	505.577	1.414	-	-
2010	119.372	195	-	-
2012	438.300	672	194	(86)
2013	406.000	140	141	154
2014	622.000	-	74	542
Total	3.347.916	5.290	409	610

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado

Datas de outorga	28/9/2007	1/10/2007	23/2/2010	4/7/2012	24/10/2012	1/7/2013	1/7/2014
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/2/2017	1/10/2014	23/2/2017	15/4/2017	15/4/2017	1/7/2017	1/7/2018
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%	37,39%	36,85%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção R\$	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93	6,02	5,03
Indexador	Não indexado	Não indexado	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	16,93	16,41	16,41	8,23	6,11
Valor justo por opção – R\$:							
Série 1	5,02	5,02	0,00	5,04	1,54	1,51	0,79
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68	0,97
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

No terceiro trimestre de 2014 o Conselho de Administração aprovou a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações vigente e condicionadas ao atingimento de metas estabelecidas. As outorgas não foram efetivadas até 30 de setembro de 2014.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de setembro de 2014 e de 2013.

Consolidado				
01/07/14 a 30/09/14				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	74.385	23.984	27.189	125.558
Custos	(87.730)	(18.648)	-	(106.378)
(Prejuízo) lucro bruto	(13.345)	5.336	27.189	19.180
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(2.706)	(6.463)	-	(9.169)
	(16.051)	(1.127)	27.189	10.011
Despesas administrativas				(9.253)
Resultado financeiro				(5.270)
Prejuízo antes dos impostos				(4.512)

Consolidado				
01/01/14 a 30/09/14				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	309.335	76.702	68.840	454.877
Custos	(360.424)	(62.205)	-	(422.629)
(Prejuízo) lucro bruto	(51.089)	14.497	68.840	32.248
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(13.694)	(20.786)	-	(34.480)
	(64.783)	(6.289)	68.840	(2.232)
Despesas administrativas				(25.858)
Resultado financeiro				(12.097)
Prejuízo antes dos impostos				(40.187)

Consolidado				
01/07/13 a 30/09/13				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	72.563	30.625	23.805	126.993
Custos	(90.107)	(19.140)	-	(109.247)
(Prejuízo) lucro bruto	(17.544)	11.485	23.805	17.746
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(3.993)	(10.042)		(14.034)
	(21.537)	1.443	23.805	3.712
Despesas administrativas				(9.225)
Resultado financeiro				(4.056)
Prejuízo antes dos impostos				(9.569)

Consolidado				
01/01/13 a 30/09/13				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	173.676	92.934	62.248	328.858
Custos	(209.228)	(50.510)		(259.738)
(Prejuízo) lucro bruto	(35.552)	42.424	62.248	69.120
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(14.208)	(28.353)		(42.560)
	(49.760)	14.071	62.248	26.560
Despesas administrativas				(28.790)
Resultado financeiro				(8.675)
Prejuízo antes dos impostos				(10.905)

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	31.719	95.443	22.716	35.307
Brasil	67.496	282.823	95.644	273.567
Chile	26.443	59.680	8.633	19.984
Peru	(100)	16.931	-	-
	<u>125.558</u>	<u>454.877</u>	<u>126.993</u>	<u>328.858</u>

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	5.478	14.238	(241)	3.870
Brasil	15.892	13.378	18.102	71.615
Chile	(2.043)	4.354	(115)	(6.365)
Peru	(147)	278	-	-
	<u>19.180</u>	<u>32.248</u>	<u>17.746</u>	<u>69.120</u>

	Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
<u>(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	162	(6.382)	(3.611)	(10.234)
Brasil	(1.090)	(36.195)	(1.878)	10.733
Chile	(3.164)	2.602	(4.080)	(11.404)
Peru	(420)	(212)	-	-
USA	-	-	-	-
	<u>(4.512)</u>	<u>(40.187)</u>	<u>(9.569)</u>	<u>(10.905)</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante o período de nove meses findo em 30 de junho de 2014, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$53 na controladora e R\$79 no consolidado (R\$202 na controladora e R\$644 no consolidado em 30 de setembro de 2013).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$8.437 (redução de R\$4.253 em 30 de setembro de 2013).

34. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(4.666)	(27.197)	(5.366)	(9.780)
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	68.105.465	68.105.465	69.791.465	69.791.465
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	70.103.386	70.103.386	71.779.046	71.779.046
Lucro (Prejuízo) básico por ação - em reais	(0,3993)	(0,3993)	(0,0769)	(0,1401)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação - em reais	(0,3993)	(0,3993)	(0,0769)	(0,1401)

Em 30 de setembro de 2014, o prejuízo básico e diluído eram iguais, tendo em vista que o total das ações ordinárias potenciais, mesmo que consideradas separadamente, apresentou efeito de antidiluição.

35. OUTROS ASSUNTOS

Lei nº12.973/14

A Lei nº12.973/14, de 14 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, embora ofereça a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Não são esperados efeitos relevantes decorrentes da observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia está avaliando se irá optar pela adoção antecipada das disposições da Lei no exercício de 2014.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 o Conselho da Administração aprovou a prorrogação do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia. O limite de ações a ser adquirido é de até 2.164.300 de ações ordinárias, que representam 5,75% do total de ações em circulação da Companhia.

As ações da Companhia adquiridas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria com o objetivo de gerar valor aos seus acionistas, podendo ser posteriormente canceladas, alienadas e/ou utilizadas em atendimento ao exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia.

O prazo máximo para a aquisição de ações da Companhia no âmbito do Programa será de 365 dias, contados a partir do dia 4 de novembro de 2014 e tendo como termo final o dia 3 de novembro de 2015.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 4 de novembro de 2014.
